

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 10, número 2 (2019)
ISSN: 2177-2886

Artigo

Demandas que Unem: As Mulheres da Terra Indígena Rio Guaporé e a Busca por Representatividade Política

*Demandas que Unen: Las Mujeres de la
Tierra Indígena de Río Guaporé y la
Búsqueda de Representación Política*

*Demands that Unite: The Women of Rio
Guaporé Indigenous Land and the Search for
Political Representativeness*

Hellen Virginia da Silva Alves
Universidade Federal de Rondônia - Brasil
hellenalves_pvh@hotmail.com

Maria das Graças Silva Nascimento Silva
Universidade Federal de Rondônia - Brasil
gracinhageo@hotmail.com

Como citar este artigo:

ALVES, Hellen Virginia da Silva; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. Demandas que Unem: As Mulheres da Terra Indígena Rio Guaporé e a Busca por Representatividade Política. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 2, p. 206 - 226, 2019. ISSN 2177-2886.

Disponível em:
<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Demandas que Unem: As Mulheres da Terra Indígena Rio Guaporé e a Busca por Representatividade Política

Demandas que Unen: Las Mujeres de la Tierra Indígena de Río Guaporé y la Búsqueda de Representación Política

Demands that Unite: The Women of Rio Guaporé Indigenous Land and the Search for Political Representativeness

Resumo

Este artigo apresenta o resultado de trabalhos de campo realizados no período de 2016 a 2018 na Terra Indígena Rio Guaporé (TIRG), em Guajará Mirim, Rondônia. Considerando que na terra indígena em questão vivem aproximadamente quinze povos indígenas com culturas e modo de vida distintos, buscamos identificar as principais demandas das mulheres desta localidade, investigamos ainda como se dá a atual organização política da TIRG e se a mesma possui alguma relação com as questões de gênero; a existência ou não de representatividade feminina entre as lideranças formais e informais da TIRG (caciques) e se as mulheres desenvolvem estratégias para a identificação e atendimento de suas demandas. Para alcançar os objetivos propostos foram empregados como instrumentos de coletas de dados a observação participante, a aplicação de questionários semiestruturados, rodas de conversa, entrevistas e registros fotográficos. Foi possível concluir que apesar das diferenças culturais das mulheres da TIRG, as mesmas compartilham demandas semelhantes que são marcadas pela dificuldade de acesso à direitos fundamentais e pelas violências múltiplas sofridas pelo fato de serem mulheres indígenas que habitam uma região de fronteira e que representam a violação dos corpos e do território. Contudo, em um movimento de resistência, essas mulheres encontram nas demandas femininas e nas dificuldades vivenciadas o ponto de união feminino para o início de uma caminhada em direção à luta pela defesa dos seus direitos através da organização sociopolítica e da busca por espaços de fala e representatividade política.

Palavras-Chave: Mulheres; Terra Indígena Rio Guaporé; Demandas; Território; Gênero.

Resumen

Este artículo presenta los resultados del trabajo de campo realizado del 2016 al 2018 en la Tierra Indígena del Río Guaporé (TIRG), en Guajará Mirim, Rondônia. Considerando que aproximadamente quince pueblos indígenas con culturas y estilos de vida distintos viven en la tierra indígena en cuestión, buscamos identificar las principales demandas de las mujeres en esta localidad e investigar cómo se lleva a cabo la organización política actual de TIRG y si tiene alguna relación con cuestiones de género; la existencia o no de representación femenina entre los líderes formales e informales (jefes) de TIRG y si las mujeres desarrollan estrategias para identificar y satisfacer sus demandas. Con el fin de lograr los objetivos propuestos, la observación participante, los cuestionarios semiestructurados, los círculos de conversación, las entrevistas y los registros fotográficos se utilizaron como instrumentos de recopilación de datos. Se concluyó que a pesar de las diferencias culturales de las mujeres TIRG, comparten demandas similares que están marcadas por la dificultad de acceso a los derechos fundamentales y la violencia múltiple sufrida por el hecho de que son mujeres indígenas que

Hellen Virginia da Silva Alves, Maria das Graças Silva Nascimento Silva



viven en una región fronteriza y representan la violación de cuerpos y territorio. Sin embargo, en un movimiento de resistencia, estas mujeres encuentran en las demandas femeninas y las dificultades experimentadas el punto de unión femenina para el comienzo de una caminata hacia la lucha por la defensa de sus derechos a través de la organización sociopolítica y la búsqueda de espacios de expresión y representatividad política.

Palabras-Clave: Mujeres; Tierra Indígena del Río Guaporé; Demandas; Territorio; Género.

Abstract

This article presents the results of a fieldwork conducted from 2016 to 2018 in the Rio Guaporé Indigenous Land (TIRG) in Guajará Mirim, Rondônia. Considering that, in this indigenous land, there are approximately fifteen indigenous peoples, with different cultures and ways of life, we seek to identify the main demands of the women of this locality, and we also investigate how the current TIRG political organization takes place and if it has any relation with gender issues; the existence or not of female representativeness between the formal and informal leaders of TIRG (chieftains) and whether women develop strategies for the identification and fulfillment of their demands. In order to reach the proposed objectives, participant observation, semi-structured questionnaires, conversation wheels, interviews and photographic records were used as instruments of data collection. It was possible to conclude that despite the cultural differences of TIRG women, they share similar demands that are marked by the difficulty of access to fundamental rights and by the multiple violence suffered due to the fact that they are indigenous women who inhabit a border region and represent both bodies and territory violation. However, in a movement of resistance, these women find in feminine demands and in the difficulties experienced the point of feminine union for the beginning of a march towards the struggle for the defense of their rights, through sociopolitical organization and by means of the search for spaces of speech and political representativeness.

Keywords: Women; Rio Guaporé Indigenous Land; Demands; Territory; Gender.

Introdução

O presente artigo apresenta o resultado de pesquisas de campo realizadas durante os meses de novembro e dezembro de 2016 e janeiro de 2018, por ocasião da elaboração e da validação do etnozoneamento participativo da Terra Indígena Rio Guaporé (TIRG), localizada no município de Guajará Mirim, Rondônia, em região de fronteira com a Bolívia.

Seu principal objetivo é apresentar as demandas femininas da população pesquisada e como estas unem mulheres de diferentes povos indígenas em função da necessidade e desejo da organização política feminina em função da luta pela defesa de seus direitos, de seu território e pelo reconhecimento e atendimento de suas demandas. Como objetivos secundários destacam-se; identificar como se dá a atual organização política da TIRG e se a mesma possui alguma relação com as questões de gênero; identificar a existência de representatividade feminina política entre as lideranças formais da TIRG (caciques), investigar a existência de lideranças femininas (ainda que informais) e identificar se as mulheres da TIRG pensam ou desenvolvem estratégias para a identificação e atendimento de suas demandas.

Hellen Virginia da Silva Alves, Maria das Graças Silva Nascimento Silva



Para alcançar os objetivos propostos os procedimentos e instrumentos utilizados foram a observação participante, rodas de conversa, entrevistas e aplicação de questionário estruturado composto por perguntas abertas e fechadas. Contribuíram com a pesquisa uma amostra composta por 50 (cinquenta) mulheres indígenas dos povos Wajuru, Makurap, Kanoê, Arikapu, Aruá, Cabixi, Kujubim, Djeoromitxi, Massaká, Oro At, Oro Mom, Oro Nao, Oro WaranXijein e Tupari, moradoras das aldeias de Baía da Coca, Baía das Onças, Baía Rica, Ricardo Franco, Pedral e Urussari, maiores de 18 (dezoito) anos e que aceitaram participar voluntariamente da pesquisa.

Considerando que a população feminina atual da TIRG que atende tais critérios de inclusão é de aproximadamente 120 indivíduos (SESAI, 2016), tal amostragem corresponde à 42% (quarenta e dois por cento) do universo pesquisado, percentual expressivo em relação a produção de informações. O objetivo da amostra é produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991).

Analisar fenômenos relacionados à questão de gênero nas comunidades indígenas no Brasil é uma tarefa que exige cautela, a fim de que não sejam cometidos equívocos ao nos referirmos aos povos indígenas. Freire (2002) chama a atenção para o equívoco frequente da crença no indígena genérico, que corresponderia a uma representação universal de indígena ao qual todo e qualquer tipo de fenômeno poderia ser analisado e compreendido. Sabendo da grande diversidade de grupos que constituem os povos indígenas do Brasil e sabendo que cada povo pode possuir línguas, modo de vida, cultura e crenças distintas, a referida generificação em nada contribui para os estudos relacionados à estas populações. Os resultados do Censo Demográfico 2010 confirmam que a miscigenação entre os diversos grupos étnicos deu origem a tão numerosas e complicadas combinações que se torna impossível chegar a uma classificação étnica dos brasileiros (COELHO, 1970).

Se a miscigenação entre os povos indígenas contribui para a diversidade e complexidade das relações sociais estabelecidas, a análise da distribuição espacial das pessoas autodeclaradas como indígenas revelada pelo Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012), aponta que na Região Norte este cenário é mais intenso do que no resto do Brasil, pois na região Norte se concentra 37,4% do total de indivíduos brasileiros que se autodeclararam indígenas.

Apesar da diversidade cultural que marca a existência dos povos indígenas brasileiros, segundo Freire (2002) ainda há certa dificuldade em empreender discussões sobre as temáticas de gênero nas comunidades indígenas, já que apesar da existência de farto material acadêmico sobre a questão de gênero feminino e sobre a situação das mulheres brasileiras, há um vazio significativo sobre as mulheres indígenas. No que se refere às discussões sobre a relação das questões de gênero com a organização social e política das mulheres indígenas a referida escassez de estudos acadêmicos na área da Geografia se intensifica.

Os estudos de Gênero entre os povos indígenas devem ainda observar a cautela em não “[...] priorizar interpretações feministas por considerar que, para analisar o papel da mulher indígena é necessário incluir nos estudos outras tantas narrativas que compõem o horizonte de significado de um povo e sua cultura” (MATOS, 2012, p. 145). Nessa perspectiva, o fenômeno da luta

das mulheres indígenas pela garantia de seus direitos e pela melhoria da qualidade de vida da sua família deve ser considerado em toda sua complexidade cultural, social e política já que essa é uma luta antiga e com forte viés político que implica em maior participação feminina na definição das políticas públicas e no acesso aos serviços públicos, como afirma Hernández Hirsch (2015, p. 3): “Las mujeres indígenas, inmersas en los movimientos de liberación de sus pueblos, dieron origen a un fuerte cuestionamiento a los procesos de inclusión de La mujer em las políticas públicas estatales.”

Porém essa luta nem sempre será percebida pelo coletivo indígena feminino como uma luta feminista, poderá ser feminina, mas não necessariamente feminista. Esse fenômeno implica na recusa, por parte de algumas mulheres indígenas, em se autodenominar como feminista, porém, isso não as impede de assumir uma postura feminista, especialmente em relação à luta pela defesa de seus direitos e pelo reconhecimento das suas demandas. Como consequência da luta indígena feminina surgem demandas específicas e que, de certa forma, modificam as relações sociais que se engendram no espaço/tempo e no quadro cultural dos povos, como é o caso da busca por representatividade feminina na política e da participação direta das mulheres nos processos de tomada de decisão do coletivo.

Apesar das reflexões sobre gênero estarem presentes no cotidiano das sociedades desde a antiguidade, existem especificidades que são próprias de cada cultura e sociedade e que se modificam em função do espaço e do tempo:

Desde las culturas más primitivas hasta hoy, las distintas comunidades humanas han reflexionado sobre el significado de ser hombre y mujer, y han definido algún tipo de orden basado en las diferencias sexuales. Todas las sociedades establecen diferencias entre lo que se considera masculino y lo que se considera femenino, pero la posición que mujeres y hombres ocupan, sus actividades, sus limitaciones y sus posibilidades varían significativamente en cada grupo humano (HERNÁNDEZ HIRSCH, 2015, p. 2)

Sendo a luta das mulheres indígenas em relação às questões de gênero um fenômeno sociocultural, um dos motivos que resultam em uma percepção particular sobre o mesmo é que a partir da cosmogonia e da cultura de cada povo esta luta pode assumir diferentes significados para o coletivo, que podem variar em função do tempo.

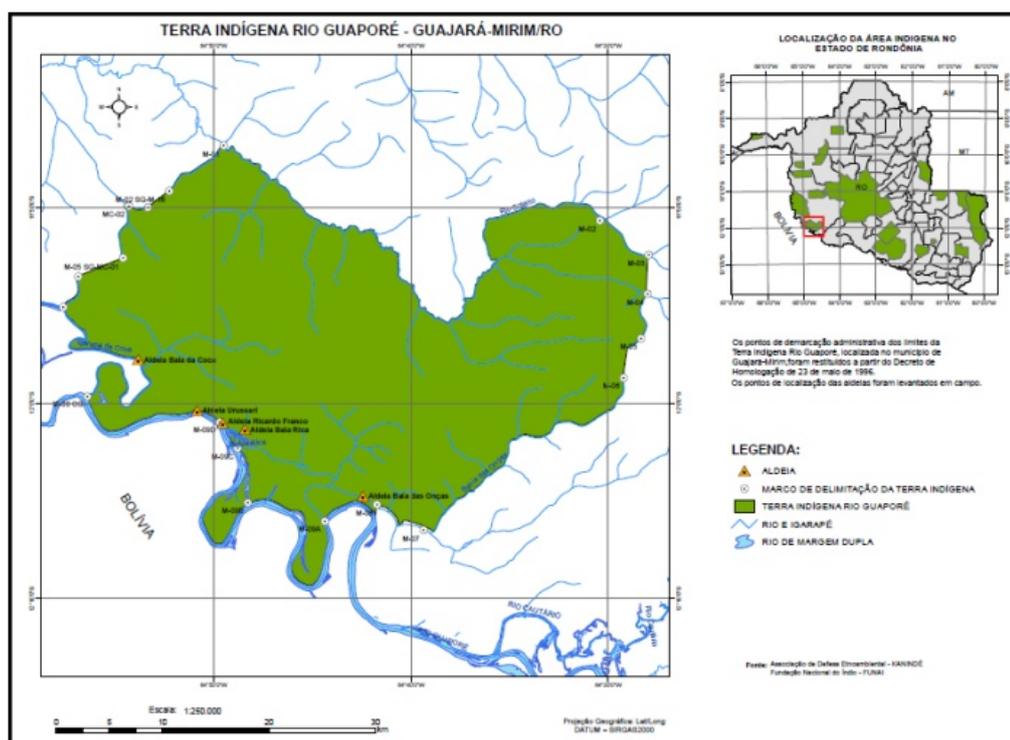
Terra Indígena Rio Guaporé, Seus Povos e seu Território

A Terra Indígena Rio Guaporé (TIRG) foi homologada em 1996, pelo Decreto s/n de 23/05/1996, publicado em 24/05/1996. Está localizada no Município de Guajará Mirim, Estado de Rondônia e se divide em cinco Aldeias: Baía da Coca, Baía das Onças, Baía Rica, Mata Verde, Pedral, Ricardo Franco e Urussari. Convivem nas aldeias mencionadas indígenas dos povos Wajuru, Makurap, Kanoê, Arikapu, Aruá, Cabixi, Kujubim, Djeoromitxi, Massaká, Oro At, Oro Mom, Oro Nao, Oro Waran Xijein e Tupari, de acordo com sua cultura e modo de vida.

Hellen Virginia da Silva Alves, Maria das Graças Silva Nascimento Silva



Figura 1: Mapa da Terra Indígena Rio Guaporé



Fonte: Elaborado a partir das Coordenada tirada em campo. 2017.

Devido à localização em região de fronteira com a Bolívia, tendo o Rio Guaporé como demarcador natural dos limites territoriais dos países vizinhos (Brasil e Bolívia), a terra indígena Rio Guaporé é um território alvo de conflitos diversos como invasão de terras, exploração indevida de recursos naturais, tráfico de animais, entorpecentes e pessoas.

O território assume importância central para as discussões da Geografia, uma vez que esta ciência discute a interação entre a humanidade e a natureza. Logo, a compreensão das disputas territoriais na Geografia pressupõe a compreensão do conceito de território. Este, ainda que seja polissêmico (HAESBAERT, 2004), para a Geografia está intimamente relacionado ao controle do Estado sob uma área espacial.

Desde a origem da ideia de território, o conceito nasceu com as conotações material e simbólica, pois etimologicamente o termo se relaciona com a dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror naqueles que são impedidos de entrar. “Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva apropriação” (HAESBAERT, 2007, p. 20).

Logo, o território sempre estará relacionado ao poder, seja na forma tradicional como “poder político” ou em sua forma simbólica como “apropriação”. Dessa forma, é possível afirmar que o território “[...] desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2004, p. 95-96).

Portanto, o território é fundamentalmente um espaço para a performance

política dos agentes políticos, caracterizado por limites espaciais e relações de poder. “Sendo assim, o território é um espaço apropriado, territorializado e marcado por relações de poder, não se restringindo ao Estado-Nação” (ORNAT, 2013, p. 184).

Porém, desde a antiguidade existem outros agentes políticos que se apropriam do território e realizam articulações nos recursos econômicos ali disponíveis, implicando em uma “... expansão territorial e política para a manutenção dos recursos econômicos de determinado grupo social, com o apoio no aparato político estatal” (ORNAT, 2013, p. 184).

Neste contexto, os povos indígenas que habitam a TIRG lutam pela defesa de seus direitos e território, porém, esta luta é travada em proporções desiguais uma vez que, devido à ineficácia da fiscalização e defesa das fronteiras nacionais, a população indígena fica vulnerável a invasores armados que buscam a apropriação do território indígena para uso e extração dos recursos naturais nele disponíveis. Ao realizarmos uma breve análise de gênero é possível constatar a intensificação da vulnerabilidade das mulheres indígenas, que neste contexto são as vítimas preferenciais e sofrem cotidianamente violências múltiplas que vão desde a invasão do território à invasão dos corpos. A pesquisa de campo registrou múltiplos relatos femininos sobre violência física, psicológica, patrimonial, raptos e estupros. Nos relatos que se referem à violência praticada contra os indígenas do sexo masculino os agressores/invasores costumam ser não indígenas brasileiros e bolivianos ou ainda ribeirinhos de áreas do entorno, porém, quando os relatos se referem à violência que alcança as mulheres indígenas somam-se aos agressores “tradicionais” os próprios familiares, ou seja, seus companheiros, pais, sogros, irmãos e “parentes”¹.

Os relatos sobre violência contra a mulher indígena são diversificados e sua ocorrência não é restrita ao território indígena, portanto, essa situação não pode ser essencializada, assim como a identidade da mulher indígena não pode ser essencializada. Aceitar a pluralidade de identidades indígenas femininas implica na “[...] aceitação de que não há uma única identidade capaz de abrigar todos os corpos passíveis de serem classificados como femininos [...]” (SILVA, 2010, p. 51), logo, também existe pluralidade quanto à forma como ocorre a violência que alcança essas mulheres.

As críticas dos movimentos sociais a respeito da pluralidade existentes nas questões de gênero e da sua relação com a raça, classe e sexualidade desencadearam uma busca intelectual por estudos que contemplassem tais complexidades sociais e foi nesse contexto que surgiu o conceito de interseccionalidade.

Qualquer pessoa vivencia simultaneamente múltiplas categorias sociais como gênero, raça, religião, classe, idade, opção sexual etc. Essa concepção envolve considerar as identidades como fluidas, instáveis, complexas e em estado permanente de construção/desconstrução. As pessoas vivenciam os processos identitários ao longo da vida concreta e esta experiência contempla

1 Expressão utilizada pelos indígenas para designar outras pessoas indígenas, independente da existência do vínculo de parentesco sanguíneo.

tempo e espaço. O termo interseccionalidade passa a ser utilizado como uma atitude metodológica de articular as diferentes categorias sociais vivenciadas pelos seres humanos e evidenciar que estas articulações resultam em diferentes experiências. (SILVA, 2010, p. 51)

A conexão entre o conceito de interseccionalidade e as mulheres indígenas reside no fato de que, devido aos contextos socioeconômicos e traços próprios permeados pelo sexismo e racismo, estas mulheres são alcançadas por diferentes tipos de marginalizações que nem sempre são reconhecidas. A respeito dos elementos do contexto socioeconômico das mulheres indígenas e sua relação com a interseccionalidade, Hernández Hirsch (2015, p. 2) acrescenta:

En ese sentido, si las desigualdades de género se manifiestan en la deteriorada condición y posición que tienen las mujeres en La actualidad, esta brecha se acrecienta cuando se trata de mujeres indígenas, las que además, em su gran mayoría, viven em condición de pobreza.

No caso das mulheres indígenas os elementos raça/etnia, gênero e classe resultam em uma intersecção que intensifica as desigualdades de gênero. Logo, as vivências das mulheres indígenas são muito diferentes da vivência das mulheres brancas e/ou negras, o que resulta em demandas específicas e bem definidas que, apesar de terem intensa relação com o encontro entre gênero, raça/etnia e classe e com os sistemas de opressão, nem sempre são reconhecidas pelos homens do coletivo e pelas pessoas da sociedade envolvente.

Portanto, devido às interseccionalidades que compreendem o gênero, a classe e a raça/etnia (NASCIMENTO SILVA; SILVA, 2014) a vulnerabilidade social e econômica vivenciada no território que configura a Terra Indígena Rio Guaporé se torna especialmente cruel para as mulheres.

Em relação à sua organização administrativa, a aldeia de Ricardo Franco corresponde à sede da terra indígena e boa parte da infraestrutura disponível à comunidade está concentrada lá; como um poço artesiano, água encanada em quase todas as moradias e o único telefone da Terra Indígena, que fica ao lado da casa da FUNAI. Esta aldeia também conta com acesso à internet e fornecimento de energia elétrica de forma constante, enquanto nas demais aldeias o fornecimento de energia ainda não chegou.

Os serviços básicos relacionados à saúde são realizados por uma equipe de saúde composta por 1 enfermeiro, 1 técnico de enfermagem e 1 Agente Indígena de Saúde – AIS. As visitas da equipe completa com médicos especialistas não ocorrem de forma constante, e conforme relatos das moradoras, costuma ocorrer apenas duas vezes ao ano.

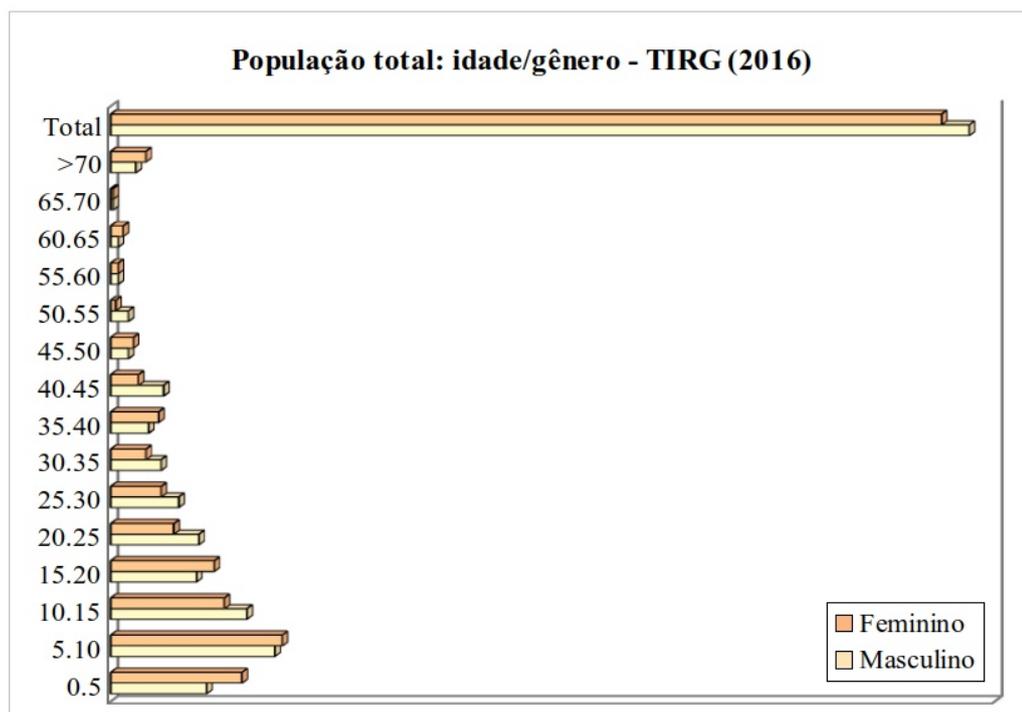
Todas as aldeias têm escolas que oferecem o Ensino Fundamental I, porém o Ensino Fundamental II é ofertado apenas pela escola da aldeia Ricardo Franco. Os docentes são indígenas, havendo apenas uma docente não indígena na escola de Ricardo Franco, a mesma exerce as funções de professora e Diretora da Escola e trabalha na aldeia há mais de dez anos. Como estratégia

Demandas que Unem: As Mulheres da Terra Indígena Rio Guaporé e a Busca por Representatividade Política

para compensar a ausência de telefones públicos ou outras formas de comunicação, o rádio amador que está presente em todas as aldeias, sendo considerado pelos moradores da TIRG como um serviço muito importante.

A população total da TIRG é de 669 (seiscentos e sessenta e nove) indivíduos, sendo 329 (trezentos e vinte e nove) do gênero feminino e 340 (trezentos e quarenta) do gênero masculino, conforme demonstrado no gráfico 1:

Gráfico 1: População total: idade/gênero



Fonte: SESAI, 2016. Organização equipe Análise de Gênero.

A maior concentração etária da população está representada pelas crianças e jovens e a presença da população idosa é escassa.

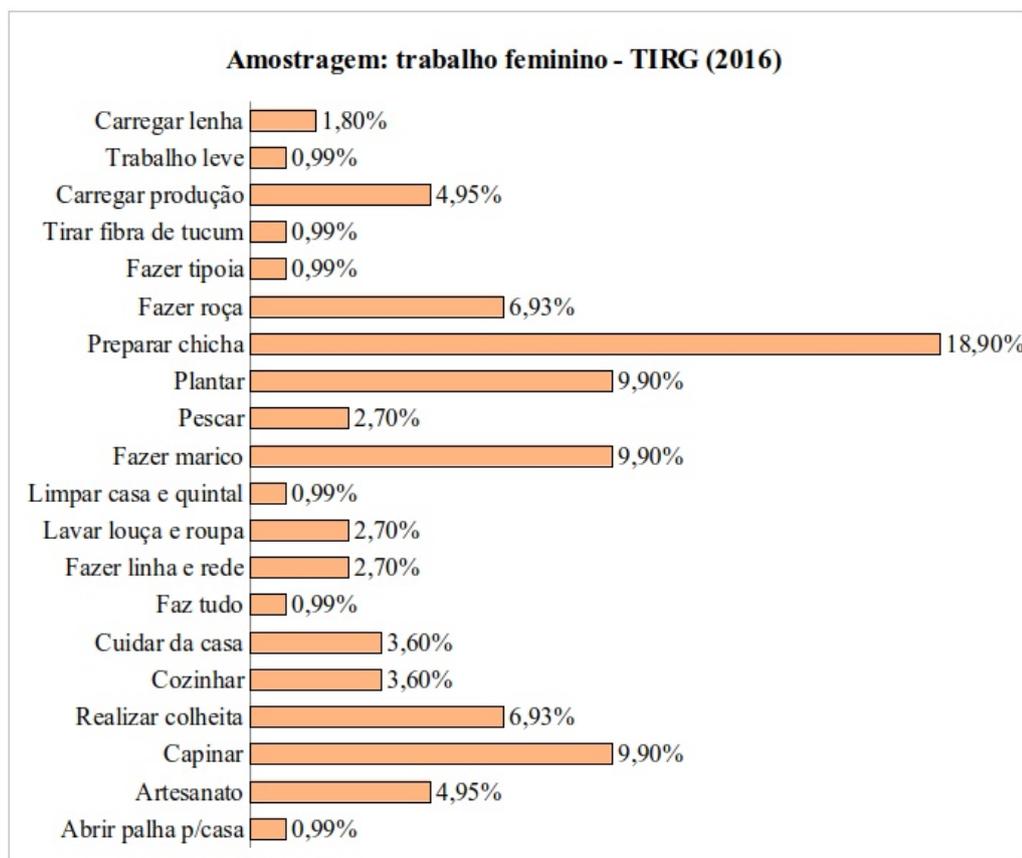
É através das relações sociais de gênero que se dão no coletivo que as atribuições de homens e mulheres indígenas e suas respectivas responsabilidades em relação ao espaço doméstico e atividades das famílias e no espaço público e nas atividades das comunidades são definidas. Esses papéis devem estar de acordo com os costumes e a tradição cultural de cada povo, o que delimitará o comportamento desejável para homens e mulheres. Porém essa construção não é estática e pode se modificar em função do espaço e do tempo, especialmente se considerarmos a intensificação do contato com a sociedade não indígena.

A participação da mulher nas atividades cotidianas desta terra indígena é intensa e pode ser constatada pela multiplicidade e importância de atividades que lhes são atribuídas dentre as quais se destacam as atividades relativas ao cuidar da casa, da família e do preparo dos alimentos, como pode ser constatado no gráfico abaixo:

Hellen Virginia da Silva Alves, Maria das Graças Silva Nascimento Silva



Gráfico 2: Trabalho feminino na TIRG



Fonte: SESAI, 2016. Organização equipe Análise de Gênero.

Dentre os trabalhos considerados pelo coletivo indígena como “trabalho da mulher” o preparo da chicha figura como principal atividade (18,90%). A chicha corresponde a uma bebida fermentada, produzida artesanalmente e que pode ser à base de mandioca, cará ou milho. Costuma ser servida antes e após o trabalho em mutirão. A produção do marico (9,90%) também se destaca entre as atividades consideradas como femininas. O marico é um tipo de bolsa de tamanhos variados e que pode ser utilizado com a finalidade de transportar a produção das roças ou para carregar pertences pessoais. É produzido a partir do trançado da fibra do tucum.

É importante destacar que estas duas atividades são realizadas com exclusividade pelas mulheres e não há a participação masculina em nenhuma etapa da produção. Os motivos deste fenômeno estão diretamente relacionados com os mitos e crenças de cada povo, porém, independente da etnia estes convergem para que as mulheres dominem totalmente a produção da chicha e do marico.

Porém, apesar da multiplicidade de atividades que são desempenhadas pelas mulheres, nem sempre existem espaços para que as mesmas apresentem suas necessidades e ideias e a luta pela defesa de seus direitos e pelo atendimento de suas demandas não costuma ser percebida pelo coletivo como uma atividade feminina. A explicação para este fenômeno está relacionada com a compreensão do coletivo a respeito da organização socioespacial e política em função do gênero.

Hellen Virginia da Silva Alves, Maria das Graças Silva Nascimento Silva



Figura 2: ALVES, Hellen V. da Silva. Marico tamanho grande



Fonte: Aldeia Ricardo Franco. Acervo Kanindé, 2016.

Discussões relacionadas às questões de gênero em contexto indígena precisam considerar os aspectos referentes à diferença, diversidade, pluralismo e hibridismo devido ao modo de vida, cosmogonia e cultura que são próprios de cada povo. De acordo com Brah (2006, p. 331) “Diferença, diversidade, pluralismo, hibridismo – esses são alguns dos termos mais debatidos e contestados do nosso tempo. Questões de diferença estão no centro mesmo de muitas discussões dentro dos feminismos contemporâneos.”

São as diferenças sociais e culturais, geralmente associadas à diferença “racial” que demarcam as “... diferenças e antagonismos organizados em torno a outros marcadores como “gênero” e “classe” (BRAH, 2006, p. 331). A observância de tais questões é importante porque nos auxilia na compreensão de aspectos como identidade, comunidade e tradição. De forma contrária, facilmente pode-se incorrer na generificação dos povos e no essencialismo. Discussões que partem desta perspectiva desconsideram aspectos as diferenças existentes na língua, na cultura, no modo de vida e as consequências destas para a forma de perceber o mundo.

O essencialismo é definido por Brah (2006, p. 331) como “... uma noção de essência última que transcenderia limites históricos e culturais”. Os riscos presentes em análises realizadas a partir de um conceito essencialista de diferença podem considerar a especificidade de uma experiência social particular como própria de uma raça, determinando assim categorias fixas que nem sempre estarão contextualizadas com os aspectos históricos e sociais. Este tipo de análise possui relação estreita com etnicismo, que segundo Brah (2006) “... define a experiência de grupos racializados principalmente em termos

Hellen Virginia da Silva Alves, Maria das Graças Silva Nascimento Silva



“culturais”: isto é, postula “diferença étnica” como modalidade principal em torno da qual a vida social é constituída e experimentada.” Nessa perspectiva as necessidades culturais seriam definidas em termos amplos e de forma independente de outras experiências sociais como aquelas centradas em classe, gênero, raça ou sexualidade. Logo, um determinado grupo identificado como culturalmente diferente seria compreendido como homogêneo internamente, porém este fenômeno não ocorre, pois em um mesmo grupo pode haver muitas diferenças relacionadas às experiências individuais relacionadas à gênero, sexualidade, classe, dentre outros. As vivenciadas de uma jovem mulher indígena em seu cotidiano exprimem sua forma de ver e perceber o mundo, suas demandas, suas possibilidades de viver a cultura e outros múltiplos fatores que são bastante diferentes daqueles vivenciados por uma mulher anciã do mesmo povo. Tais de diferenças se acentuam ainda mais ao considerarmos as vivências dos homens e crianças indígenas.

É necessário considerar a dinamicidade dos processos culturais que se estendem aos processos de reivindicações de mulheres, homens, jovens e crianças de um povo, logo, as análises e estudos sobre questões de gênero entre povos indígenas não devem ser construídos em termos essencialistas. Brah (2006, p. 331-332) destaca que a importância de estudos acadêmicos que apresentem:

(...) uma macro-análise que estude as inter-relações das várias formas de diferenciação social, empírica e historicamente, mas sem necessariamente derivar todas elas de uma só instância determinante.
(...) Ao mesmo tempo, chamo a atenção para a importância de analisar a problemática da subjetividade e identidade para compreender a dinâmica de poder da diferenciação social.

Logo, os estudos relacionados às questões de gênero entre povos indígenas devem considerar a interconexão entre conceitos trazidos pela academia e aspectos relacionados ao modo de vida e cosmogonia de cada povo, tendo o cuidado em não recorrer na generificação dos povos ou no essencialismo, se constituindo em um processo complexo. Talvez por estes motivos ainda sejam escassos os estudos acadêmicos relacionados às questões de gênero, ao feminismo indígena e ao papel da mulher indígena na manutenção da cultura de seus povos e na representação e defesa de suas demandas e direitos.

Mulheres de Diferentes Culturas: Compartilhando Demandas e Unidas na Luta

Considerando os estudos de Geografia e Gênero, a pesquisa ora apresentada é pioneira uma vez que não existem registros de pesquisas científicas semelhantes. Trata-se de um desafio complexo por considerar a diversidade e as diferenças existentes entre as mulheres dos povos que habitam a TIRG. Apesar das especificidades próprias de cada povo a pesquisa de campo constatou que estas mulheres compartilham demandas.

Durante os trabalhos de campo, identificamos as demandas consideradas como prioritárias para as mulheres da TIRG. Os dados apresentados e discutidos foram organizados da seguinte forma: dados tabulados a partir da

Hellen Virginia da Silva Alves, Maria das Graças Silva Nascimento Silva

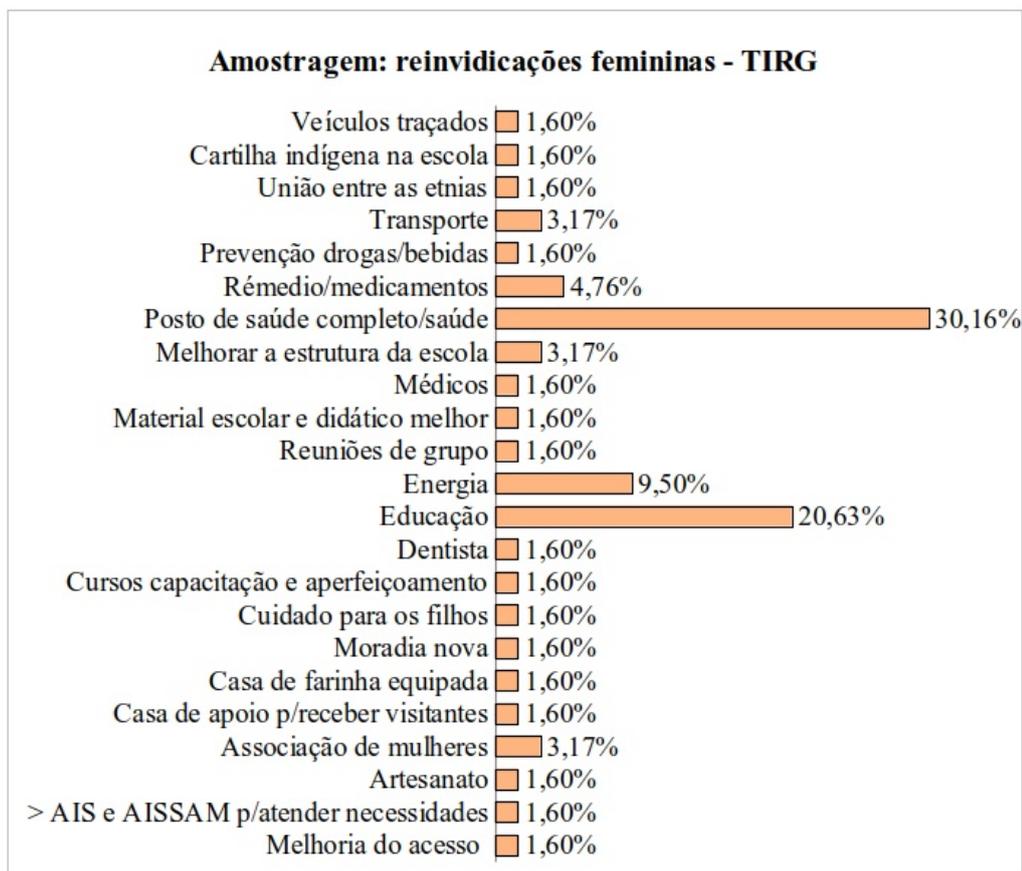


Demandas que Unem: As Mulheres da Terra Indígena Rio Guaporé e a Busca por Representatividade Política

aplicação dos questionários e dados coletados durante as rodas de conversa.

A partir da tabulação dos questionários aplicados houve o mapeamento das principais demandas reivindicadas pelas mulheres que são apresentadas no gráfico abaixo:

Gráfico 3: Reivindicações femininas



Fonte: Pesquisa de Campo Análise de Gênero. Kanindé, 2016.

A necessidade de acesso à energia elétrica foi apontada por 9,50% das mulheres entrevistadas, pois conforme nos foi relatado, a energia elétrica é um recurso essencial para que a comunidade tenha acesso a outros benefícios como a melhoria da comunicação, a possibilidade de pesquisa e de participação em cursos de formação online através de acesso à internet, a possibilidade de uso de eletrodomésticos como geladeiras, freezers, televisão e ventiladores e até mesmo o intercâmbio e contato com outros povos.

O acesso aos medicamentos e remédios na TIRG não é constante e sazonal, isso porque apesar da existência de uma equipe de saúde que é composta por enfermeiros e esporadicamente por médicos, psicólogos e assistentes sociais, a população só acessa os medicamentos disponíveis durante a estadia da referida equipe. Esse período costuma durar quinze dias apenas, logo nos demais dias do mês a população não acessa nenhum tipo de medicamento. A pesquisa apontou que 4,76% das mulheres entrevistadas relatam que, mesmo durante as temporadas em que a equipe de saúde está presente na TIRG, existe a escassez ou ausência de determinados medicamentos tornando inviável a realização de tratamentos em longo prazo

Hellen Virginia da Silva Alves, Maria das Graças Silva Nascimento Silva

e/ou contínuos na comunidade e resultando na necessidade de deslocamento dos moradores até o município mais próximo.

As condições para que ocorra o deslocamento dos moradores da TIRG até o município mais próximo também foi apontado como uma demanda importante por 3,17% das mulheres, pois não existem meios de transporte (barcos) próprios da comunidade, fator que implica no fretamento de embarcações por grupos de moradores. Os custos do aluguel são altos e nem sempre há possibilidade de reunião de pessoas em quantidade suficiente para cobrir as despesas, logo, muitas atividades que precisam ser realizadas na cidade (como o acesso à procedimentos de saúde ou recebimento de benefícios) deixam de ser realizados ou são postergados em função da ausência de transporte.

A necessidade de melhoria na estrutura da escola foi apontada por 3,17% das mulheres entrevistadas, pois segundo elas a escola não dispõe de local adequado para a realização de atividades do currículo escolar como a realização de aulas de educação física, por exemplo.

O mesmo percentual, ou seja, 3,17% das mulheres entrevistadas percebem a necessidade da criação de uma organização como uma Associação de Mulheres que seja capaz de representar e buscar meios de atender as demandas femininas. Importa mencionar que apesar das diferenças culturais das mulheres que vivem na TIRG e das especificidades existentes no modo de vida das mesmas, houve concordância em relação à importância da organização sociopolítica das mulheres como forma de representar e lutar pelo atendimento de suas demandas.

Outras demandas foram evidenciadas em igual percentual (1,60%) e foram por nós agrupadas de forma temática.

Em relação à educação: melhoria da qualidade do material didático e escolar, incluindo a inserção de uma cartilha indígena.

Em relação à formação e qualificação profissional: oferecimento de cursos de formação e qualificação profissional às mulheres e jovens da TIRG.

Em relação à saúde: acesso a médicos e dentistas com frequência regular. Criação e execução de projetos relacionados ao combate e prevenção do uso de drogas, álcool e violência. A presença do Agente Indígena de Saneamento (AISAN) e do Agente Indígena de Saúde (AIS) também foram apontadas como prioritárias na comunidade.

Em relação ao transporte: melhoria do acesso e aquisição de veículos traçados.

Em relação à produção: necessidade de casa de farinha devidamente equipada e equipamentos necessários para o aumento e melhoria da produção relacionada ao artesanato.

Em relação à organização das mulheres: a união dos povos; a criação de uma associação de mulheres e a existência de momentos para que as mulheres de diferentes povos se reúnam em grupo e possam discutir suas demandas. Mais uma vez a percepção das mulheres da TIRG sobre a importância da organização feminina para a vivência política em favor da luta pela garantia de seus direitos e pelo atendimento de suas demandas se apresenta entre os dados coletados, porém, sob nova abordagem.

Outras demandas registradas dizem respeito à necessidade de criação de um local para que os filhos pudessem ser cuidados e participar de atividades de

recreação, lúdicas e culturais em horário contrário à escola. A melhoria das moradias e a construção de um local para receber visitantes também foram apontadas como demandas importantes.

É importante destacar a complexidade das demandas femininas, que costumam abranger não apenas as necessidades e direitos das mulheres indígenas e sim de sua família, contemplando seus filhos, companheiros, os idosos da família e até mesmo os visitantes.

Além das demandas identificadas através da aplicação dos questionários, outras demandas comuns às mulheres de todos os povos habitantes da TIRG foram relatadas durante as rodas de conversa realizadas com as mulheres de Ricardo Franco e de Baía das Onças, dentre as quais, destacam-se:

- a) A criação de uma Associação das Mulheres Indígenas da TIRG;
- b) Resgate do ensino da produção de artesanatos, para os jovens também aprenderem a arte do fazer marico, dentre outras produções artesanais.
- c) Elaboração e execução de um Projeto de reflorestamento para a Aldeia Ricardo Franco. Esta demanda expressa a preocupação das mulheres com a temática ambiental, não apenas porque a floresta é fonte de matéria-prima para o artesanato, mas também porque elas compreendem que a floresta é fonte de alimentação, madeira para construção de casas e barcos;
- d) Revitalização do Centro de Cultura de Ricardo Franco com espaços para realizações de cursos em geral, para guardar a matéria-prima como sementes e também com espaço para exposição e venda de artesanatos.
- e) Em Baía das Onças as mulheres apontam como de extrema importância a construção de uma casa de cultura para expor o artesanato produzido e venda do mesmo. A construção da casa de cultura também irá fortalecer a cultura da comunidade.
- f) Aquisição de um barco que sirva de alojamento, com a finalidade de facilitar o deslocamento à cidade para acessar os benefícios, tratamento de saúde e resolver outras questões do cotidiano dos indígenas.
- g) Orientações para convivência com a área de fronteira, Brasil – Bolívia. Para todas as mulheres da TIRG a região de fronteira é uma ameaça constante. A fronteira demarcada pelo rio e com fiscalização insuficiente (e em muitos períodos ausente) coloca a TIRG na rota do tráfico internacional de drogas e pessoas e facilita a entrada de invasores que são uma ameaça para o território e para os corpos. Relatos de invasão para a pesca predatória e para o extrativismo somam-se aos relatos de invasão para a prática de estupro e até mesmo de rapto de mulheres.
- h) Implantação de uma fábrica para beneficiamento da castanha-do-Brasil para as mulheres da Aldeia Baía das Onças. As mulheres percebem que este tipo de atividade possui grande potencial empreendedor e de geração de renda, uma vez que uma fábrica desta natureza poderia aproveitar um recurso disponível na TIRG e unir as mulheres no trabalho em todas as etapas do processo produtivo, gerando renda e autonomia financeira para elas;
- i) Construção de um alojamento para receber visitantes em Baía das Onças. As mulheres percebem nesta localidade a existência de potencial turístico para a pesca esportiva, ao mesmo tempo em que reconhecem que não existe uma estrutura capaz de alojar (ainda que temporariamente) visitantes.
- j) Construção de um posto de saúde na Aldeia Baía das Onças.

- k) Reforma do posto existente na Aldeia Ricardo Franco
- l) Sala de informática em pleno funcionamento.
- m) Acesso à comunicação e às tecnologias.
- n) Instalação de um orelhão (telefone público) na Aldeia Baía das Onças.
- o) Liderança feminina para representar as mulheres em reuniões e eventos nacionais.

O mapeamento de demandas, seja através da tabulação dos questionários ou pelo registro e análise das falas femininas durante as rodas de conversa, convergem para direções semelhantes. Apesar de serem originárias de povos distintos, com cultura e modo de vida diferentes, estas mulheres habitam a mesma terra e compartilham do sofrimento de seus filhos e entes queridos, além de vivenciar o sofrimento e as violências impostas exclusivamente às mulheres. A dificuldade e/ou precariedade de acesso à direitos fundamentais como saúde, educação, segurança e transporte é um fenômeno que é por elas compartilhado.

Ao mesmo tempo em que sofrem juntas, articulam (individualmente ou em pequenos grupos) formas de assegurar uma maior representatividade feminina no processo de tomada de decisão do coletivo, a fim de que suas demandas sejam percebidas e atendidas, seja pelas lideranças locais (caciques) ou pelo Estado.

Merece destaque a percepção da necessidade de liderança feminina para representar as mulheres em reuniões e eventos nacionais, bem como a de organização de mulheres em uma Associação das Mulheres Indígenas da TIRG.

A pesquisa de campo revelou que as mulheres da TIRG não se sentem plenamente representadas pelas lideranças atuais, pois atualmente todas as aldeias são lideradas por caciques e vice-caciques homens, eleitos em assembleia e com gestão por quatro anos. Este fenômeno, se analisado sob o viés geográfico e de gênero, possibilita a compreensão das relações de poder que são demarcadas pelas características relacionadas à sexualidade, gênero e raça/etnia, pois de acordo com Ornat (2013) há conexão entre o território e as práticas sociais que impõem a ideia de determinado indivíduo sob o grupo e dessa forma o indivíduo ou grupo que detém o poder de mando (ou liderança) influencia diretamente a construção e as características do espaço e a constituição do território (SOUZA, 1995). Logo, um território liderado por homens pode excluir objetos, indivíduos e comportamentos considerados como subalternos ou secundários e nesse contexto as demandas e direitos das mulheres indígenas nem sempre são consideradas como prioritárias em um território com liderança exclusivamente masculina.

Até o presente momento não houve registro de nenhuma chapa na disputa das eleições do cacicado da TIRG com a presença de mulheres, fenômeno que assegura e concentra o poder político entre os homens do coletivo. Segundo as mulheres, elas participam da vida política do coletivo assistindo às assembleias, porém, sem o espaço de fala. É comum a existência de pausas entre as reuniões para que os casais conversem no espaço doméstico e é nesse cenário que as mulheres iniciam o exercício da agência sociopolítica (BARROS JUNIOR, 2012; ROCHA, 2012), que consiste na tentativa de

exercer influência sob a decisão dos homens (sejam pais, irmãos ou companheiros). Após a retomada das assembleias os homens ocupam seus lugares de fala, podendo ou não ter sofrido agência das mulheres.

Nos casos em que as mulheres precisam se reportar diretamente à uma liderança masculina (seja para aconselhamento, apresentação e discussão de suas demandas ou reivindicação de seus direitos) nem sempre são capazes de expressar suas necessidades e expectativas, pois há timidez ao falar sobre temas que culturalmente são exclusivos do universo feminino. Outro fator que inibe a expressão feminina perante as lideranças locais masculinas é o temor pelo corporativismo masculino, pois em casos de denúncia de violência contra a mulher onde o agressor geralmente é do sexo masculino, segundo estas mulheres, há certo descaso por parte de algumas lideranças, que acabam por minimizar a violência sofrida e/ou revitimizar as mulheres.

Apesar das dificuldades de mobilidade e acesso à outras localidades, aos poucos as mulheres da TIRG intensificam o contato com informações sobre os direitos e demandas femininas, seja através de ligações telefônicas, através de materiais didáticos disponibilizados pela Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (SEDUC), através do acesso à internet disponibilizado durante os períodos em que os técnicos da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) estão em diligência à Terra Indígena, durante as estadias na cidade para tratamento médico ou mesmo através do contato com os parentes que convivem em contexto urbano e pesquisadores que visitam à comunidade. Este fenômeno colabora para que elas percebam a necessidade de organização política feminina e articulem estratégias para tornar esse sonho possível.

Portanto, o cenário descrito nos auxilia na compreensão dos motivos que resultaram na percepção da necessidade de organização feminina para eleger lideranças capazes de representá-las. Estas mulheres amadurecem estratégias para o enfrentamento dos desafios presentes, como a criação de chapas com representantes dos sexos feminino e masculino, que se alternariam no cargo de cacica e vice-cacique. Elas têm muita esperança que a eleição de uma liderança formal feminina (seja cacica ou vice-cacique) represente um grande avanço em direção ao reconhecimento e à luta pela garantia dos seus direitos e atendimento de suas demandas.

Há ainda o desejo de organização de mulheres em uma Associação das Mulheres Indígenas da TIRG, fenômeno que está relacionado diretamente ao sonho da autonomia financeira. As mulheres da TIRG desenvolvem muitas atividades produtivas como artesanato, produção de alimentos e bebidas, atividades extrativistas e agrícolas, porém devido às dificuldades de escoamento não há comercialização e a produção é destinada ao consumo das famílias e/ou trocada com outras famílias. As mulheres compreendem que, organizadas em forma de Associação, seriam capazes de reduzir os custos para o escoamento e buscar fornecedores com maior potencial de compra, como supermercados do município de Guajará Mirim e entorno. Porém, o processo de luta feminina que se inicia precisa ser fortalecido a cada dia, pois os enfrentamentos dentro e fora do coletivo (ALVES *et al*, 2017) exigem muita coesão, conhecimento e representatividade.

Conclusão

A Terra Indígena Rio Guaporé é um lugar de grande riqueza cultural devido à diversidade de povos indígenas, cada um com seu modo de vida e cultura, o que resulta em demandas específicas para cada povo.

A partir da intensificação do contato com o não indígena, as mulheres da Terra Indígena Rio Guaporé passaram a ter acesso à meios de comunicação como livros, telefone, celulares, internet e rádio. Através destes veículos de comunicação informações importantes foram com elas compartilhadas, como noções sobre direitos dos povos indígenas, noções sobre o conceito de violência contra a mulher, de empreendedorismo, moda, dentre outros. Essas informações nem sempre estão contextualizadas à cultura e modo de vida das mesmas, porém, elas se esforçam para adaptá-las ao cotidiano da terra indígena. Novas informações geram novas expectativas, muitas vezes distintas das expectativas de suas antepassadas, porém na TIRG as oportunidades de realização dos sonhos e expectativas que não se relacionam as atividades domésticas e do cuidar são escassas.

Uma das consequências do processo de intensificação do contato com o não indígena foi que, mesmo sendo originárias de povos distintos e possuindo algumas demandas específicas, as mulheres da TIRG perceberam que as lideranças masculinas nem sempre compreendem a importância dos direitos e das demandas femininas e, portanto, não possuem um histórico de luta por questões dessa natureza. Consequentemente, as mulheres da TIRG não se sentem representadas politicamente da maneira que necessitam ou desejam.

Aos poucos, essas mulheres perceberam a necessidade da organização política com o objetivo de lutar pelo reconhecimento e atendimento das demandas que compartilham e pela garantia dos direitos de seus filhos, parentes e delas próprias. A estratégia elaborada pelo grupo reside na eleição direta de lideranças femininas, sejam cacicas ou vice-caciques, na intenção de que as mesmas possam experienciar vivências dentro e fora da terra indígena, representando as mulheres em reuniões, assembleias e cursos de formação.

Em conjunto com o desejo de representatividade política, as mulheres da TIRG também almejam a autonomia financeira, pois apesar de contribuírem ativamente para as atividades econômicas desenvolvidas na terra indígena, a produção não costuma ser comercializada devido às dificuldades de mobilidade e escoamento da produção. Pensando nisso, as mulheres percebem que a criação de uma Associação de Mulheres da TIRG seria um bom caminho para acessar recursos públicos através de projetos, para estreitar o contato com Organizações Não Governamentais e para aumentar o poder produtivo, na intenção de buscar novos mercados como comércios do município de Guajará Mirim e do entorno.

Os homens do coletivo não costumam perceber a vivência política como sendo uma atividade feminina, pois historicamente o poder político da TIRG sempre esteve concentrado nas mãos dos homens, motivo pelo os espaços de tomada de decisão são espaços masculinos. Além disso, as tradições de cada povo demarcam de forma muito clara o que caberia às mulheres; geralmente o trabalho doméstico, o cuidado com as crianças, o cuidado com as pequenas

criações de animais domésticos e o artesanato. Portanto, a mulher costuma ser percebida como a “ajudadora” do homem e a responsável pelas tarefas do cuidar (NASCIMENTO SILVA; SILVA, 2014). Os espaços públicos de fala costumam ser destinados aos homens do coletivo.

Porém, as mulheres que por muito tempo se contentaram em exercer a agência sociopolítica sobre seus companheiros na intenção de que eles as representassem perante o coletivo, iniciam uma caminhada por espaços de representatividade feminina na política, estudando, participando e falando publicamente em reuniões dentro e fora da TIRG e pensando em estratégias para o enfrentamento dos desafios vivenciados cotidianamente. Logo, estas mulheres de origens e culturas diferentes se unem em favor da luta por seus direitos e pelo o atendimento de suas demandas, na intenção de que possam habitar em paz seu território, sendo quem são, vivendo com dignidade e lutando pela melhoria da qualidade de vida do coletivo indígena.

Referências

ALVES, Hellen Virginia da Silva. SILVA, Maria Liziane Souza. TUPARI, Maria Leonice. Os desafios e conquistas da Associação de Guerreiras Indígenas de Rondônia – AGIR. **Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA)**. Curitiba: 2017. Disponível em: <<https://singa2017.wordpress.com/anais-do-singa-2017/>>. Acesso em 14/01/2020.

BARROS JUNIOR, Fernando. Organizações tradicionais e políticas públicas contemporâneas: avanços e retrocessos na autonomia da mulher Xukuru. In: SACCHI, Angela. GRANKOW, Márcia Maria. **Gênero e povos indígenas: coletânea de textos produzidos para o “Fazendo Gênero 9” e para a “27ª Reunião Brasileira de Antropologia”**. Rio de Janeiro – Brasília: Museu do Índio/GIZ/FUNAI, 2012.

BRAH, Avtar. **Diferença, Diversidade e Diferenciação**. Cadernos Pagu, v. 26, p. 329-376, 2006.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística – IBGE. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em: 14/01/2020.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **População autodeclarada indígena no território brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<https://indigenas.ibge.gov.br/apresentacao-indigenas.html>>. Acesso em: 14/01/2020.

COELHO, R. A composição da população segundo a cor no Brasil e nas diversas regiões fisiográficas e Unidades da Federação, em 1950. In: IBGE. **Contribuições para o estudo da demografia do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro:

Hellen Virginia da Silva Alves, Maria das Graças Silva Nascimento Silva

IBGE, 1970, p. 168 - 197.

DE PAULA, Luís Roberto. A organização institucional do Movimento das Mulheres Indígenas no Brasil atual: notas para começar a pensar. In: VERDUM, Ricardo (Org.). **Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas**. Brasília: Inesc, 2008.

DESLAURIERS J. P. **Recherche Qualitative**. Montreal: McGraw Hill, 1991.

FREIRE, J. R. B. **Cinco ideias equivocadas sobre os índios**. Disponível em: <http://www.taquiprati.com.br/arquivos/pdf/Cinco_ideias_equivocadas_sobre_indios_palestra_CENESCH.pdf>. Acesso em: 14/01/2020.

GRUBITS, Sonia; DARRAULT-HARRIS, Ivan; PEDROSO, Maíra. Mulheres indígenas: poder e tradição. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n. 3, p. 363 - 372, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 19 – 46, 2007.

HERNÁNDEZ HIRSCH, Paula. **Los estudios de la Mujer y el Género**. Material del curso "Nuevas miradas sobre Género y Etnicidad", impartido en UAbierta, Universidad de Chile, 2015.

MATOS, Maria Helena Ortolan. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria. (Orgs.). **Gênero e povos indígenas**: coletânea de textos produzidos para o "Fazendo Gênero 9" e para a "27ª Reunião Brasileira de Antropologia". - Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/ GIZ / FUNAI, 2012.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva; ALVES, Hellen Virgínia da Silva. **Relatório análise de gênero na Terra Indígena Rio Guaporé**. Porto Velho: KANINDÉ, 2017.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. SILVA, Joseli Maria. **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa, Todapalavra, 2014.

ORNAT, Marcio Jose. A instituição do território paradoxal na atividade da prostituição travesti. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. **Geografias Malditas**: corpos, sexualidade e espaços. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013, p. 183 - 206.

ORNAT, Marcio Jose. Território descontínuo paradoxal e prostituição na vivência travesti do sul do Brasil. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. **Geografias Malditas: corpos, sexualidade e espaços**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013, p. 207 - 241.

PAULILO, M. A. S. **A Pesquisa Qualitativa e a História de Vida**. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v2n1_pesquisa.htm>. Acesso em: 14/01/2020.

ROCHA, Cíntia Creatini. Agência feminina na sociopolítica Kaingang. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria (Orgs.). **Gênero e povos indígenas: coletânea de textos produzidos para o "Fazendo Gênero 9" e para a "27ª Reunião Brasileira de Antropologia"**. - Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/ GIZ / FUNAI, 2012.

SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. **Revista Antropológicas**, v. 14, n. 1-2, p. 95 – 110, 2003.

SESAI. **Cadastro de famílias da Terra Indígena Rio Guaporé**. 2016.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. **Espaço e Cultura**, n. 27, p. 39 - 55, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77 -115.

VILAÇA, Aparecida Maria Neiva. O canibalismo funerário Pakaa-Nova: uma nova etnografia. In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; CUNHA, Manuela Carneiro da (Orgs.). **Amazônia: etnologia e história indígena**. São Paulo: USP-NHII; FAPESP, 1993, p. 285 - 310.

Recebido em 29 de abril de 2019.

Aceito em 07 de agosto de 2019.

Hellen Virginia da Silva Alves, Maria das Graças Silva Nascimento Silva

